

SÍNTESE ECONÔMICA

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E EDUCAÇÃO *

Todo o mundo sabe hoje que educação não é consumo: é investimento; e estudos recentes mostram que o grande avanço de nações hoje desenvolvidas resulta do fato de colherem agora o que investiram antes em educação. Mas quando os recursos são escassos e a taxa de poupança é baixa, como no caso dos países em desenvolvimento, nota-se facilmente uma discrepância entre as declarações e as decisões. É que um investimento em educação frutifica a longo prazo e o urgente faz relegar para segundo plano o indispensável. Os fatos aqui registrados permitem ao leitor formar uma idéia sobre a política educacional brasileira, no quadro amplo de sua política de investimentos. O Presidente da República afirmou que o problema da educação o fascina. Toda a esperança reside em saber se êle succumbirá a essa fascinação e transformará o seu governo no governo da educação.

1. — INTRODUÇÃO

A O ensejo da passagem do primeiro aniversário do atual Governo, o presidente da Confederação Nacional do Comércio, Deputado JESSÉ PINTO FREIRE, enviou ao Exmo. Sr. Marechal COSTA E SILVA um telegrama em que res-

salta o fato de ter sido mantido o clima de tranqüilidade para o trabalho, esforçando-se o Governo sinceramente para levar avante a recuperação da economia do país, e credenciando-se ao aprêço e ao reconhecimento de todos os brasileiros, especialmente no que tange aos setores da produção.

* A íntegra dêste artigo de OSWALDO BENJAMIN DE AZEVEDO sairá na *Carta Mensal*, órgão do Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

O presidente da C.N.C. ao transmitir suas congratulações ao Exmo. Sr. Presidente da República, lembrou a cota de sacrifícios que foi exigida das classes produtoras e distribuidoras, principalmente no que se refere à contenção de preços e a novos encargos tributários, e exprimiu a esperança de que o Governo prosseguirá infatigavelmente no esforço de recuperação econômica sob a égide da livre empresa para o qual não lhe faltarão o apoio e a solidariedade.

Falando em nome da Confederação Nacional da Indústria, em Goiânia, o Sr. ZULFO DE FREITAS MALMANN disse que há uma responsabilidade comum aos homens de empresa e aos do Governo na luta pelo desenvolvimento.

E acrescentou:

“Em termos conjunturais, o comportamento da economia nacional tem sido razoavelmente favorável nos últimos meses. De um lado, se recuperam os índices de atividade industrial, atingindo os melhores registros desde algum tempo.

“De outro, a alta de preços tem se limitado a taxas relativamente moderadas, as quais sugerem a continuidade das reservas cambiais.

“Disse, entretanto, que ainda persistem fatores de preocupação, entre eles o elevado *deficit* público, os excessivos ônus fiscais e financeiros impostos às empresas, rigidez dos controles de preços e a capacidade ociosa em determinadas indústrias”.

Segundo afirmou, a formação de técnicos e de mão-de-obra qualificada é tarefa de salvação nacional. É a indústria, compreendendo a

gravidade da situação, vem ampliando e aparelhando as escolas do SENAI, além de instituir novos cursos de mestres e contramestres.

Ao concluir, frisou que não se justifica a falta de adesão prioritária do Governo a esse tipo de ensino, reclamada pelas forças produtoras do país, “pois só devidamente preparada a juventude poderá engajar-se na luta pelo desenvolvimento nacional.”

Outros líderes de classe de associações civis e sindicais também juntaram as suas palavras de aplausos e suas críticas construtivas sobre o desenrolar das atividades econômicas e financeiras no último exercício.

Estávamos, realmente, em relativa tranquilidade quando êsses pronunciamentos foram feitos, até que no dia 28 de março ocorreu grave acontecimento, gerando choques entre estudantes e a polícia, que perduraram por cerca de uma semana, não somente na Guanabara, mas também em outros pontos do país.

É cedo para analisarmos os prós e os contras na administração, no seu primeiro ano.

Entretanto, ao anotarmos os principais índices citados na Mensagem e em outros documentos oficiais, e como sejam os de correção monetária, custo de vida, desenvolvimento nos setores bancários e da produção, constatamos que, apesar dos pesares, há um lado positivo a favor do Governo, principalmente se compararmos os atuais índices com os de 1963, quando estávamos à beira do caos.

De um modo geral, os aspectos econômicos têm sido favoráveis, pois, com exceção do Rio Grande

do Sul, onde a estiagem continua a sacrificar a produção agrícola e reduzir as condições de sobrevivência da pecuária, os demais Estados oferecem boas condições. As vendas a varejo e no atacado foram incentivadas no primeiro trimestre de 1968, encontrando-se a maioria das fábricas sobrecarregadas de pedidos. Tudo indica que esta situação continuará por mais algum tempo, se fatores políticos não vierem perturbar a tão necessária tranquilidade de espírito para o nosso trabalho cotidiano.

Mesmo que não tivéssemos obtido algum sucesso no combate à inflação, somente o clima de tranquilidade indispensável ao trabalho normal e ao planejamento do futuro, que foi conseguido a partir de março de 1964, até fins de março deste ano, já teria sido motivo de aplausos aos governos da Revolução.

Na fala governamental, porém, o Exmo. Sr. Presidente Marechal COSTA E SILVA deu ênfase especial ao setor econômico-financeiro, que é o que mais o preocupa: e ao combate à inflação, sem prejuízo do desenvolvimento, mas acha S. Exa. que este país não pode parar, e, pelo contrário, tem que prosseguir no seu desenvolvimento, evitando o que aconteceu antes de 1964, quando estivemos à beira da bancarrota. E declara textualmente:

“Conteremos a inflação, mas não de forma radical, como queriam alguns técnicos de economia. O país não comporta estagnações. Temos que prosseguir. Não podemos voltar, como nos anos de 1961 e 1962, àquela índice de crescimento do Produto Nacional Bruto de

1,6% porque isso seria parar o país e levar tudo à bancarrota.”

Estamos de acordo que o país não pode parar! Tudo indica, porém, que chegamos ao fim da contenção de preços, e que de agora em diante vamos ter uma inflação em torno de 20% a 25% ao ano, faixa em que se situa a maior parte dos índices oficiais financeiros e econômicos no momento.

Isto porque, tendo sido mais elevado o índice de meios de pagamentos, teremos este ano, certamente, preços por atacado, custo de vida, correção monetária, etc., mais elevados que os dos últimos seis meses, ainda mais depois da elevação dos salários de um modo geral, em consequência do reajuste de 23% no salário-mínimo agora decretado.

2. — A EDUCAÇÃO

O que nos preocupa, entretanto, é o setor educacional, tão bem defendido pelo Exmo. Sr. Presidente da República na sua última entrevista à imprensa, mas que, realmente, foi desprezado no corte orçamentário, ao ser criado o Fundo de Contenção de Despesas.

De fato, O Ministério da Educação e Cultura sofreu um corte de 89,72 milhões de cruzeiros novos, equivalente a 15% do total do Fundo de Contenção de 600 milhões de cruzeiros novos, quando sabido é que seu orçamento ainda é dos menores.

Os três Ministérios Militares sofreram, em conjunto, um corte de 60,41 milhões de cruzeiros novos, ou seja, 10% do Fundo de Contenção.

Ora, é do conhecimento geral que não poderá haver melhoria de produtividade sem o incremento da instrução, pois quanto mais qualificada a mão-de-obra, maior será a produção do país.

Já foi demonstrado quanto influi a instrução no desenvolvimento econômico, pois os países europeus e da América Setentrional em que os ensinos secundários, técnicos e universitários mais evoluíram se encontram nas regiões em que o Produto Nacional Bruto *per capita* corresponde a mais de 700 dólares, sendo que a maioria desses países está bem acima de 1.500 dólares *per capita*.

Também foi demonstrado que esses países desenvolvidos possuem mercados de trabalho equivalentes a mais de 60% de sua própria população, ao passo que nos países em que o ensino secundário, técnico e universitário ainda é precário, não somente o Produto Nacional Bruto é inferior a 700 dólares, como o mercado de trabalho também é inferior a 60%.

É o caso do Brasil com o Produto Nacional Bruto pouco superior a 200 dólares *per capita*, com ensinos secundário, técnico e universitário de cerca de 19% dos estudantes matriculados e com mercado de trabalho inferior a 55% de sua própria população, considerando como base as idades entre 14 e 64 anos.

Indicando números de alunos matriculados, verbas distribuídas, cursos intensivos de recuperação de professores, treinamento de mão-de-obra, etc., a mensagem governamental demonstra que, realmente, alguma coisa foi feita neste setor.

Os fatos, porém, como francamente reconheceu o Presidente COSTA E SILVA, esclarecem que ainda é muito pouco, pois não é crível que num país como o Brasil, com estudantes ávidos para aprender, ainda haja falta de vagas nas universidades e o assunto seja tratado displicente e rotineiramente, com aquela facilidade costumeira que muitas vezes se encontra nas repartições em que prevalece a burocracia sem imaginação, desde que esteja dentro dos termos legais.

Na entrevista presidencial verifica-se a disparidade entre os matriculados nos vários cursos, onde quando se fala nas matrículas dos cursos primários e secundários a linguagem é de milhões de alunos e aumentos na casa de centenas de milhar ao passo que no caso dos matriculados em ensino superior as citações passam a ser de poucas centenas de milhar inscritos e de dezenas de milhar de aumento, ou seja em torno da décima parte, de um nível para outro.

Notícias alvissareiras são publicadas nos jornais sobre as inaugurações de centenas de ginásios no Estado de São Paulo, de dezenas na Guanabara e de alguns ginásios em outros Estados da Federação. Quando esses ginásios, dentro de cinco anos, começarem a despejar candidatos às universidades, qual será o número de excedentes?

Não desconhecemos quão complexos são esses problemas, e essa complexidade explica, em parte, o fato diariamente constatado de muitos diplomados não seguirem a carreira originariamente escolhida:

a) É a professora primária que prefere ser funcionária pública de

carreira administrativa, ou bancária, comerciária e industriária, pois assim pode ganhar mais;

b) É o bacharel e o médico, que vão ocupar cargos de administração na iniciativa privada;

c) É o engenheiro que passa a ser vendedor ou administrador com melhor remuneração;

d) É o técnico que prefere ser professor, etc., pois tal é a carência de mão-de-obra que quem tem um pouco mais de instrução passa logo a ocupar cargo superior ao a que se destinava de início.

Essa ascensão rápida dos recém-formados deixa lacunas nunca preenchidas adequadamente nos escalões inferiores, que ficam sendo exercidos por indivíduos na maior parte das vezes somente com instrução primária.

3. — EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Brasil não está em posição de relêvo no mundo do ensino. Também é um dos países mais jovens, pois 53% de sua população tem menos de 19 anos de idade. Dos 47% restantes com idade de 19 ou mais anos, somente 26% são eleitores.

É um país jovem, portanto, cujos representantes do povo e governantes são escolhidos por eleitores também jovens, pois acima de 64 anos somente encontramos 2,5% da população, ao passo que nos países industriais e em áreas desenvolvidas a proporção é de 7% a 12%, em idade superior a 64 anos, e além disso, de um modo geral, com índice de alfabetização entre 80% e 100% da população em idade escolar.

Não há dúvida de que tem melhorado o nível de instrução no Brasil, pois os alfabetizados com mais de 15 anos representavam:

44% — no censo de 1940

49% — no censo de 1950

61% — no censo de 1960

Conseqüentemente, os analfabetos eram 56%, 51% e 39%, respectivamente, com mais de 15 anos, naqueles censos. Isto quanto ao primário.

Enquanto, porém, países industrializados possuem de 29% a 52,6% de alunos matriculados nos cursos secundários, médios e técnicos, ou seja, a maioria com mais de 1/3 dos alunos cursando nível acima do primário, a América Latina figura com cerca de 17% e outras áreas do mundo na proporção de 12% a 25% naqueles cursos.

O Brasil está na média da América Latina, mas em condições bem inferiores ao Uruguai, Argentina, Venezuela e Chile, que figuram entre 28% e 21% dos alunos matriculados nos cursos secundários e outros.

Se é evidente a predominância do ensino qualificado e superior nos países industrializados, o mesmo acontece nas nossas regiões. No Sudeste, que é a região mais industrializada no Brasil, com 19% da área territorial e 60% da população, e que representa mais de 4/5 da economia e das finanças do Brasil vamos encontrar 68,5% dos matriculados no curso primário; 77% nos cursos médios; 79% nos cursos superiores e 80% entre os que concluíram estes cursos superiores.

Quanto à saúde, verificamos pelas estatísticas do I.B.G.E. que o índice de natalidade é de 45 a 47 por mil habitantes, no meio rural, e de 28 por 1.000 habitantes no meio urbano. O Rio de Janeiro registrava a taxa mínima de 25 por 1.000 habitantes e Fortaleza a máxima, 42 por 1.000 habitantes, no meio urbano.

No que se refere às taxas de mortalidade, a maior é encontrada no Nordeste, com 18 óbitos por 1.000 habitantes e a menor nos Estados da Guanabara e de São Paulo, 9 óbitos por 1.000 habitantes.

Enquanto no Sudeste e no Norte encontramos a média de 10,7 e 11 óbitos, respectivamente, por 1.000 habitantes, no Centro-Oeste é de 12 e no Nordeste de 18 óbitos por 1.000 habitantes conforme já foi mencionado.

Talvez a explicação para essa melhoria no Sudeste seja, em parte, encontrada no número de leitos de hospitais por 1.000 habitantes, pois 80% dos leitos hospitalares estão localizados no Sudeste e somente 20% nas demais regiões.

Nota-se, assim, que onde há melhor desenvolvimento econômico, é mais elevada a instrução de um modo geral, melhor também é o estado sanitário da população, e, em conseqüência, há uma tendência para a concentração dos melhores elementos da cultura e da técnica nas regiões que oferecem maiores possibilidades.

É difícil mesmo distinguir nessa verdadeira "*corrida de revezamento*" qual o elemento que contribui para a vitória da "equipe" — se é a inteligência, a téc-

nica, o dinheiro, ou as condições ecológicas de determinadas regiões — pois o fato verdadeiro é que o "*conjunto harmônico*" desses fatores é que cria riquezas.

Destas poucas observações chegamos à conclusão de que há países ricos e países pobres e regiões mais prósperas e menos favorecidas mas nos países e regiões ricas as populações são mais instruídas e nos países e regiões menos favorecidos a instrução é geralmente precária, pois, onde predomina a melhor instrução, há maior número de indivíduos aptos para o trabalho, e conseqüentemente, maior produção, mais riqueza, maior intercâmbio com o mundo, Produto Nacional Bruto em nível mais elevado, etc.

Já vimos como, no Brasil, o Sudeste oferece atrações aos mais qualificados, pois concentra 87,7% do giro comercial, 85% do consumo de energia elétrica, 78,4% da renda interna, 4/5 da economia e das finanças; 80% dos leitos hospitalares, e, nesta área territorial de 19%, vamos encontrar 68,5% dos matriculados no curso primário; 77% nos cursos médios; 79% nos cursos superiores e 80% entre os que concluíram estes cursos superiores, como já foi dito.

Se voltarmos nossas vistas ao mundo, vamos encontrar o Japão, composto de centenas de ilhas, e hoje um dos países industriais de maior progresso; e Israel, que de uma região árida fez, pela técnica, um país organizado e respeitável, em pouco mais de vinte anos.

Isto ao norte do Equador.

Ao sul do Equador vamos encontrar a Austrália que, embora ainda esteja com ensinos secundário, técnico e universitário com

cerca de 38% dos alunos matriculados, possui um intercâmbio com o mundo equivalente ao dobro do do Brasil e Produto Nacional Bruto 7 vezes maior (1.555 dólares *per capita*), com mercado de trabalho de cerca de 62% de sua população.

Então voltamos a afirmar que a melhor instrução e o maior progresso caminham juntos, tanto no mundo como no Brasil.

E ao invés de procurarmos explorar a miséria de umas regiões para combater a riqueza de outras, deveríamos incentivar a instrução para obtermos o progresso geral, pois não é possível construir um Brasil melhor enquanto estiver neste nível tão baixo de alfabetização e de instrução média e superior.

Eis por que não compreendemos tão grande corte de despesas no orçamento do Ministério da Educação e Cultura, correspondente a 15% do Fundo de Contenção, como não entendemos a proporção do corte de 8,1% para o Ministério da Agricultura e de 4,1% para o Ministério da Saúde, pois, sendo assim, estes três Ministérios entraram com 27,2% para aquele Fundo de Contenção de 600 milhões de cruzeiros novos, ao passo que os três Ministérios Militares, com verbas próprias bem maiores que os primeiros, somente contribuíram, em conjunto, com 10% para o mesmo fim.

Bem conhecemos as tarefas dos Ministérios Militares nos setores dos transportes, do ensino e em outros serviços à comunidade, além das suas próprias finalidades, mas friamente examinando as verbas orçamentárias verificamos a evolução bem mais elevada nestes

Ministérios em comparação aos de Educação e Cultura, Saúde e Agricultura, e outros, após 1964.

A contribuição de 27% dada por aqueles Ministérios civis (Educação, Saúde e Agricultura), ao Fundo de Contenção, seria equivalente à de 40% dos Ministérios Militares, para o mesmo Fundo, se ela fosse proporcional aos seus próprios orçamentos.

Não é de admirar, pois, que os Ministérios de Educação e Cultura, Saúde e Agricultura não tenham tido tanto êxito, como era de se esperar, num país que depende da produção agrícola para o fortalecimento do mercado interno, e da educação e saúde para a melhoria de sua produtividade de um modo geral.

Bastaria que cada Ministério abrisse mão, a favor do ensino, de menos de 1% de seus respectivos orçamentos para que as verbas do Ministério da Educação e Cultura fossem duplicadas, pois acreditamos que o investimento na melhoria da instrução seria de efeito mais rápido no desenvolvimento econômico do país do que o que está sendo investido em muitas obras, necessárias é verdade, mas que poderiam ser feitas, paulatinamente, dando ensejo ao aprimoramento da mão-de-obra e ao aumento do número de técnicas e cientistas que viriam, em futuro próximo, dar sua contribuição, mais especializada àquelas mesmas obras.

5 — CONCLUSÃO

Devemos assinalar que na parte econômica realmente podemos registrar uma constante melhoria,

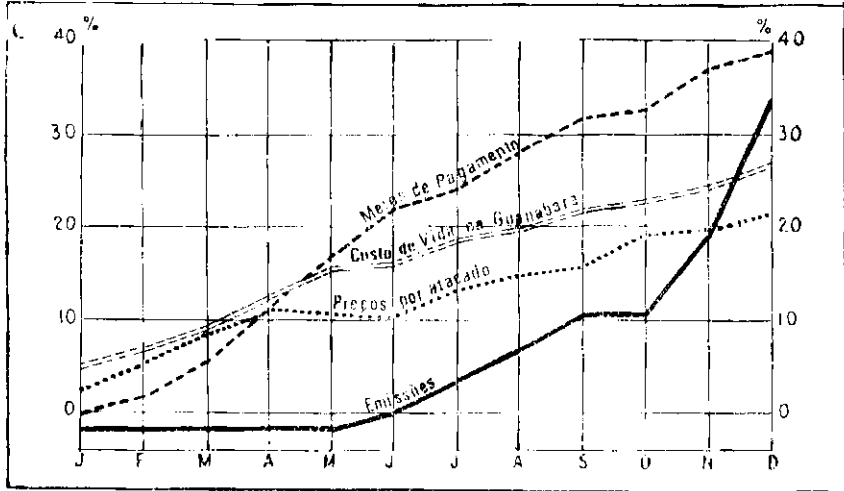
a partir de 1964, não somente da evolução dos negócios em preços reais, como principalmente na parte da produção agropecuária.

A produção industrial, depois da recessão havida no primeiro trimestre de 1967, retomou o ritmo ascendente a partir de abril da-

quele ano, e, depois de ligeira queda em janeiro, 1968, indica progresso após fevereiro último.

Continua elevada a procura no mercado de empregos; o custo de vida permanece em ritmo ascendente; mais alta a inversão média no mercado imobiliário.

Inflação 1967



Foi maior em 1967, porém, o déficit na execução orçamentária, bem como a tendência dos preços por atacado é, no momento, no sentido de alta. Os meios de pagamento foram elevados em proporções maiores em 1967, o que deverá influir na alta de preços em 1968.

A política econômica e financeira seguida pelo Governo CASTELLO BRANCO beneficiou o início do Governo COSTA E SILVA, e a ligeira mudança de orientação já está repercutindo nos índices econômicos que vão sendo divulgados. Nesse aspecto não há a menor dúvida que os governos da Revolução ainda estão sendo benéficos.

Quanto à educação, porém, houve promessas que não foram cumpridas, e o fato de os governos Federal e Estaduais estarem tomando certas medidas de emergência nesse setor, após os acontecimentos de 28 de março, vem dar razão aos protestos dos legítimos estudantes, embora não justificando os meios de que se serviram para fazer valer suas pretensões.

Nota-se uma falta de melhor coordenação entre os principais responsáveis pelos problemas do Ministério da Educação, e, porque não dizer, *omissão* nos momentos mais graves.

Enfim, a maior falha é de caráter administrativo, pois por me-

MATRÍCULAS NO BRASIL
MIL ALUNOS

	ENSINO PRIMÁRIO			ENSINO MÉDIO E GERAL			ENSINO SUPERIOR			CURSO SUPERIOR CONCLUSÕES	
	1964	1965	1966	1964	1965	1966	1964	1965	1966	1964	1965
BRASIL	<u>10.217</u>	<u>9.923</u>	<u>10.695</u>	<u>1.893</u>	<u>2.154</u>	<u>2.483</u>	<u>137</u>	<u>155</u>	<u>180</u>	<u>20</u>	<u>21</u>
Sudeste do Brasil ...	<u>68,5%</u>	<u>68,5%</u>	<u>68,5%</u>	<u>76,5%</u>	<u>81,5%</u>	<u>76,5%</u>	<u>80%</u>	<u>79,5%</u>	<u>79%</u>	<u>80%</u>	<u>80%</u>
Minas Gerais	1.577	1.715	1.782	232	266	317	14	17	20	2	2
Espírito Santo	212	300	217	33	37	43	2	2	3	—	—
Rio de Janeiro	556	557	574	111	119	137	6	6	7	1	1
Guanabara	522	481	484	206	227	250	22	25	28	4	4
São Paulo	2.071	1.948	2.053	541	626	707	38	42	48	6	6
Paraná	626	676	754	105	124	151	9	10	12	1	1
Santa Catarina	394	401	417	46	54	69	2	2	3	—	—
Rio Grande do Sul..	980	815	989	173	200	226	16	19	22	2	3
	<u>6.938</u>	<u>6.803</u>	<u>7.270</u>	<u>1.447</u>	<u>1.653</u>	<u>1.900</u>	<u>109</u>	<u>123</u>	<u>143</u>	<u>16</u>	<u>17</u>
							*	*	**		

* Matrículas no fim do ano.
** Matrículas no início do ano.

SUDESTE = 68,5% Primários
76,5% Médios
79 % Superior
80 % Conclusão de Cursos Superiores

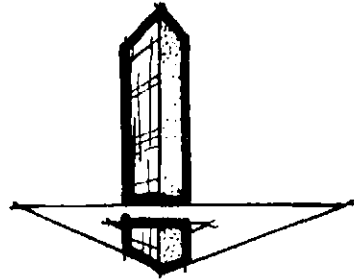
lhores que sejam os professores nada poderão conseguir se a parte executiva não corresponder aos esforços individuais e às exigências técnicas e profissionais indispensáveis.

Finalmente, se examinarmos atentamente as contribuições para o Fundo de Contenção de Despesas, poderemos estimar o prestígio de cada Ministro, que está na razão inversa de sua participação para aquele fundo. Verificaremos, então, que não são os civis os mais cotados,

Os governos da Revolução mui-

to se preocuparam e ainda estão preocupados com os campos econômicos e militares, e relegaram para segundo plano os campos político e psico-social. A falta de ação harmônica entre os quatro campos é que está produzindo a incompreensão e a insatisfação reinantes em vários setores, principalmente na classe salarial e nos meios estudantis. As "relações públicas" entre governantes e governados estão falhando, pois são explorados mais os lados negativos do Governo que os positivos. Estes, certamente, também existem!

CONSTRUTORES FORTES
ENGENHARIA S.A.



CONSTRUTORES * INCORPORAÇÕES * ADMINISTRAÇÕES
S.A. MEXICO 21 GRUPO 202 TELS. 22 22 15 - 32 39 29